



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às 19h30min do dia 18/10/16, no Plenário Juscelino Kubitschek, sob a presidência do vereador Jorge Santos, deixou de reunir-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Mesmo não havendo quórum, o presidente declarou aberta a reunião para discutir a “proposta de Revisão do Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual - PPAG - 2017, nas Áreas de Resultado: Cidade Saudável; Educação; Cultura; Cidade de Todos; Prosperidade; Modernidade”. Registre-se que esta audiência realizou-se em cumprimento do disposto no Requerimento de Comissão nº 460/16, de autoria do vereador Jorge Santos, e que estava marcada para iniciar-se às 19 horas. O presidente convidou a compor a mesa o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, Bruno Leonardo Passeli, representante, neste ato, do secretário municipal de governo, Vítor Mário Valverde. O presidente registrou a presença de: 1) a secretária municipal adjunta de Direitos da Cidadania, Gláucia Costa Brandão; 2) o secretário municipal de Saúde, Fabiano Geraldo Pimenta Júnior; 3) a promotora de justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Cível de Belo Horizonte, Maria de Lurdes Santagema; 4) Bruna Dias do Carmo Costa, representante, neste ato, da secretária municipal de Relações Internacionais, Stephania Aleixo. O secretário Bruno Passeli discorreu sobre o “Plano Plurianual de Ação Governamental - Proposta de Revisão 2017 - áreas de resultado Cidade Saudável, Educação, Cultura, Cidade de Todos, Prosperidade e Modernidade”. Quanto à estimativa de receitas para o ano de 2017, informou serem baseadas nos índices de crescimento econômico do País e nos índices inflacionários indicados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - de 2017



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(6% de inflação e 1% do Produto Interno Bruto - PIB). Observou que essa estimativa considera esforços de combate à sonegação fiscal, a redução do estoque da dívida ativa, a previsão, no Orçamento da União, de continuidade dos repasses aos Estados e Municípios, para novos investimentos e garantia de continuidade de projetos em andamento, a previsão de recursos de operações de crédito para financiamento de investimentos. No que tange às receitas relativas ao PPAG - 2017, demonstrou os valores atinentes a 2016 e 2017, relativos às receitas correntes, de capital, intraorçamentárias correntes, intraorçamentárias de capital, as receitas correntes relativas à dedução para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, bem como as receitas totais dos mencionados exercícios. Informou que, para 2017, há uma previsão de receita total de R\$11,5 bilhões de reais, o que representa uma redução de 5,68% em relação à receita de 2016. No que se refere às áreas de resultado, destacou Cidade Saudável, Modernidade e Educação, por apresentarem os percentuais mais significativos do Orçamento, 46,96%, 22,38% e 12,80%, respectivamente. Passou à exposição sobre as áreas de resultado. Informou que a Cidade Saudável possui 10 programas, sendo cinco sustentadores, a saber: Hospital Metropolitano, Saúde da Família, Melhoria do Atendimento Hospitalar e Especializado, Gestão e Regionalização da Saúde e Recomeço. No que tange às principais metas previstas para 2017, nessa área de resultado, destacou: funcionamento pleno do Hospital Metropolitano Dr. Celio de Castro; tratamento do tabagismo expandido para todos os centros de saúde; atendimento da população na Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde-Belo Horizonte - SUS-BH (3,5 milhões de consultas/ano); atendimento da população na Rede Complementar Própria do SUS-BH (395.000 consultas especializadas/ano); atendimento da população na Rede Hospitalar do SUS-BH (224.000 internações/ano); ações de vigilância da dengue (3,8 milhões de vistorias); realização da Conferência Municipal de Saúde. No que tange à área de resultado Educação,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informou possuir quatro programas, sendo três sustentadores, a saber: Expansão do Ensino Infantil, Expansão da Escola Integrada e Melhoria da Qualidade da Educação. No que tange às principais metas previstas para 2017, nessa área de resultado, destacou: ampliar para 131 o número de Unidades Municipais de Ensino - Umeis - e para 46.214 alunos matriculados; beneficiar o atendimento a 25.000 alunos por meio de creches conveniadas; garantir mais de 3,1 milhões de participações no Programa Escola Aberta; garantir 100 mil participações no Programa Escola nas Férias; ofertar 2.000 vagas no ensino de música; atingir, por meio da Política de Alfabetização, 100% das crianças de oito anos lendo; atender, por meio do Saúde na Escola, a 98.000 alunos/ano; garantir o atendimento a 100% da demanda de transporte escolar acessível para atendimento a estudantes da Rede Municipal de Educação com deficiência motora, sem capacidade de deambulação. Quanto à área de resultado Cidade de Todos, informou a existência de 13 programas, sendo quatro sustentadores: BH Cidadania e o Sistema Único de Assistência Social - Suas, Programa de Atendimento ao Idoso, Direito de Todos e Promoção do Esporte e do Lazer. Quanto às principais metas e resultados previstos, citou: o Centro Dia - Centro de Referência para Pessoa com Deficiência, com atendimento a 25.000 pessoas por ano; a ampliação de atendimento do Projeto Família Cidadã: BH sem Miséria, para 3.240 famílias; a distribuição de 750 mil refeições no ano, por meio da Assistência Alimentar a moradores em situação de rua; o Projeto Cuidador, para atendimento a 584 pessoas idosas; a ampliação do atendimento às mulheres vítimas de violência - 540 atendimentos por ano; e o meio passe para estudantes do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA, para 20 mil alunos beneficiados. No que tange à área de resultado Cultura, informou que ela possui quatro programas, sendo um sustentador: o Rede BH Cultural. No que tange às principais metas e resultados previstos, destacou: 1) o fomento à produção e difusão cultural, por meio de 4.564 ações nos diversos equipamentos culturais; 2) a implantação do Espaço Multiuso do Parque



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal; 3) a realização dos concursos de literatura *João de Barro e Cidade de Belo Horizonte*; 4) a realização dos seguintes eventos: o Festival Internacional de Quadrinhos - FIQ, a Virada Cultural e o Festival de Arte Negra - FAN. Quanto à área de resultado Modernidade, destacou as seguintes metas e resultados previstos: disponibilização de *internet* Banda Larga em áreas de vilas e favelas - ampliação de 23 para 65 áreas; ampliação do número de centros de inclusão digital de 252 para 302; e implantação das centrais BH Resolve Barreiro e Venda Nova. No que tange à área de resultado Prosperidade, informou as principais metas e resultados previstos: integração do Município com a Política Metropolitana de Atração de Investimentos; capacitação de 3.000 empreendedores em todas as regionais por meio do programa BH Negócios; implantação de novo centro de convenções no Município, via Parceria Público-Privada - PPP; e criação de seis circuitos e roteiros turísticos. A assessora do vereador Arnaldo Godoy, Juliana, indagou, com relação à escola integrada, como a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - poderia ampliar o atendimento a 90.000 alunos, sendo que o valor destinado a essa rubrica seria o mesmo que fora destinado ao atendimento de 60.000 alunos, a saber, R\$51 milhões. Perguntou, também, quantas Umeis seriam construídas por meio de PPPs e por que o pagamento da contraprestação dessas unidades seria o mesmo para todos os meses de 2017, o que não havia ocorrido em 2016. A promotora de justiça Maria de Lourdes Santagema questionou sobre a meta física para criação e reforma de Umeis ter diminuído de 12 para três. Considerou que a Umei é um projeto maravilhoso da PBH que apresenta excelentes resultados. Em função disso, relatou existir um número significativo de ações judiciais para que crianças sejam matriculadas nas Umeis. Apontou, então, a necessidade da construção de novas Umeis a fim de atender a demanda crescente por vagas nessas escolas. Registrou que, mesmo com a redução da meta, medidas judiciais continuarão acontecendo. A representante do Conselho Municipal de Assistência Social, Tânia Ribeiro, perguntou qual seria o valor destinado ao Suas em 2017. O presidente,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vereador Jorge Santos, registrou que constava do requerimento que solicitou a realização dessa audiência que a apresentação abordasse todos os destaques, as alterações, as propostas e as justificativas do PPAG para 2017, o que não ocorreu. O secretário Bruno Passeli explicou que nem todos os destaques, as alterações, as propostas e as justificativas do PPAG para 2017 foram abordados, mas constavam do documento impresso entregue à comissão. O presidente reafirmou a necessidade de esses itens constarem da apresentação. O secretário Bruno Passeli explicou que a Escola Integrada atende, atualmente, 60.000 alunos e que a receita é compatível com essa demanda. Informou, no entanto, que houve uma emenda apenas na meta física do orçamento, que ampliou a oferta para 90.000 alunos. Afirmou, então, que, se forem atendidos 90.000 alunos, o orçamento será insuficiente para isso e, portanto, será preciso fazer suplementação financeira. Relatou, ainda, que, ao longo de 2016, ocorreu a entrega de várias Umeis via PPPs, cuja contraprestação só é paga pela PBH após o início do funcionamento de cada unidade. Registrou, então, que, em janeiro de 2016, não havia 128 Umeis em funcionamento, fato que se consumou no decorrer do ano. Explicou que, em 2017, em razão de todas estarem em funcionamento, o PPAG consta o mesmo valor da contraprestação para todos os meses do ano, ou seja, serão 12 meses de contraprestação para 128 Umeis. Destacou, ainda, a importância das PPPs, que, em seu entendimento, fomentaram a inauguração de novas unidades. Informou que, para 2017, não há previsão da construção de Umei via PPP, apenas a construção, com recursos próprios do tesouro, de três unidades. A promotora de justiça Maria de Lurdes Santagema apontou que a construção de Umei com recursos próprios do tesouro é bem mais demorada do que a construção via PPP, concluindo que, em 2017, não haveria inauguração de Umei alguma. O secretário Bruno Passeli disse que incentivará o próximo governo a constituir PPP para a construção de Umeis, como forma de encurtar o tempo de entrega dessas unidades. Afirmou, ainda, que a meta do PPAG 2017 não limitaria a ação do próximo governo em 2017. Informou, ainda, que o orçamento para



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o Fundo de Assistência Social é de R\$161,8 milhões. O presidente informou aos presentes as datas para apresentação de emendas ao PPAG 2017. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 20h11min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA  
(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)  
distribuída em avulso, no dia 25/10/16, não  
foi apresentada impugnação no prazo regimental.  
21/11/16  
\_\_\_\_\_  
Presidente